



DIREITO ADMINISTRATIVO

Intervenção do Estado na propriedade

Noções gerais e desapropriação – Parte 5

Prof. Denis França

→ **Desapropriação de bem público:** é possível a desapropriação de um bem público de um ente menor pelo ente maior (ex: União de estados; estados de seus municípios).

Observação: há quem entenda que essa previsão é inconstitucional.

→ **Tredestinação e retrocessão:**

- **Tredestinação** é a modificação da finalidade inicialmente prevista para a desapropriação. Será a tredestinação lícita quando a nova finalidade for outra finalidade pública. Porém, caso nada seja feito com o bem desapropriado, haverá **tredestinação ilícita** ou **adestinação**.
- **Retrocessão:** surge o direito de retrocessão para o proprietário que foi expropriado “à toa”. Há, no entanto, muita controvérsia sobre a natureza desse direito.

→ **Tredestinação e retrocessão:**

Código Civil:

Art. 519. Se a coisa expropriada para fins de necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, não tiver o destino para que se desapropriou, ou não for utilizada em obras ou serviços públicos, caberá ao expropriado direito de preferência, pelo preço atual da coisa.

→ **Direito de extensão:** eventualmente a desapropriação pode recair integralmente sobre o imóvel inteiro. Nesses casos, se área que sobrar for inaproveitável isoladamente, surge ao proprietário direito de extensão, que é a possibilidade de requerer que o Estado desapropriar a área integralmente.

Câmara dos Deputados – Analista Legislativo (CESPE, 2014):

A desapropriação é forma de aquisição originária da propriedade, por isso será válida ainda que a indenização seja paga a quem não seja o proprietário do bem.

PGE-BA – Procurador do Estado (CESPE, 2014):

Caso um governador resolva desapropriar determinado imóvel particular com o objetivo de construir uma creche para a educação infantil e, posteriormente, com fundamento no interesse público e em situação de urgência, mude a destinação do imóvel para a construção de um hospital público, o ato deve ser anulado, por configurar trestinação ilícita.